

Cidades.

Ufes abre seleção para curso

A Ufes divulgou que vai realizar um processo seletivo, usando nota do Enem 2014, para o curso de Comunicação Social, suspenso em 2013.
Página 7

Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

TAXA DE MARINHA GOVERNO BARRA PROJETO QUE REDUZIA COBRANÇA

Veto parcial impediu queda da cobrança de 5% para 2%

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

As 100 mil famílias e o segmento da construção civil que ocupam terrenos de marinha no Espírito Santo sofreram um duro e inesperado golpe do governo Dilma Rousseff (PT). Em mais uma derrota capixaba na cena nacional, a presidente vetou os principais pontos do projeto de lei – enviado por ela própria à Câmara dos Deputados – que aliviava as cobranças e taxas cobradas nessas áreas, que constituem 30% de Vitória.

Cada ponto da matéria foi acordado com o Executivo, mas o governo não cumpriu a proposta de redução de 5% para 2% no valor do imposto (taxa de ocupação) e continuará cobrando, no laudêmio, sobre cada benfeitoria feita pelos cidadãos em seus imóveis. Foi também barrada emenda do deputado federal capixaba Lelo Coimbra (PMDB) que destinava, às prefeituras, 20% das receitas da União arrecadadas com esse instituto.

Na mensagem do veto, publicada no Diário Oficial da União de ontem, Dilma justifica que “os dispositivos resultariam em significativa perda de receitas decorrentes da exploração de di-



VITOR JUBINI

Fim da taxa

Representante dos moradores de Bento Ferreira, Vitória, diz que o desejo real é pelo fim da taxa, que fica ainda mais distante com a negativa da redução,

“Vamos continuar brigando, reclamando na Justiça”

PAULO ROBERTO MARANGONI

Pres. da Ass. de Moradores de Bento Ferreira

FRUSTRAÇÃO

Mudança derrubada

Alegando “contrariedade ao interesse público”, Dilma derrubou regras mais justas para a cobrança de taxas sobre terrenos de Marinha. O veto parcial barrou a unificação da cobrança em 2% (hoje são 5%) da taxa de ocupação do imóvel em terrenos da União. Dilma também não permitiu a retirada das benfeitorias para cálculo do laudêmio.

Prefeituras

A União não repassará 20% dos recursos arrecadados por meio da cobrança de taxa de ocupação, foro e laudêmio aos municípios onde estão localizados os imóveis que deram origem à cobrança. Além disso, multas não poderão ser suspensas com o pedido de regularização, porque “atribuir benefício a particular com infração administrativa já apurada pelo poder público”.

Demarcação

A presidente manteve as isenções de cobrança para instituições sociais como as Paneleiras e Instituto Braille em Vitória, mas vetou este benefício: “Ficarão livres de lançamento e cobrança as taxas de ocupação e os laudêmios referentes aos terrenos de marinha e seus acrescidos inscritos em regime de ocupação, quando localizados em ilhas que contenham sede de município, desde a Emenda de maio de 2005, até a conclusão da demarcação, sem cobrança retroativa por ocasião da conclusão dos procedimentos de demarcação.”

reitos patrimoniais da União, inclusive sem a indicação das devidas medidas compensatórias” aos cofres do governo federal.

A presidente também atribuiu ao contexto de crise econômica e ao ajuste fiscal a decisão de barrar as novas regras: “As propostas foram apresentadas em contexto econômico que possibilitava sua implementação, cenário diverso do atual”. Estima-se uma desoneração do governo federal em R\$

ATINGIDOS

10

milhões de pessoas vivem em áreas de marinha em 11 Estados. Número equivale a 500 mil famílias.

400 milhões se abrisse mão de tais receitas.

Negociado com parlamentares de Estados litorâ-

neos de toda a costa do país atingidos pela cobrança – que também incide sobre rios –, o projeto foi votado na Câmara e, no mês passado, passou à unanimidade no Senado. Havia expectativa de sanção do texto, aguardado há décadas por moradores de áreas próximas ao mar. Ensaia-se, agora, uma tentativa de derrubada do veto presidencial, mas não há garantias de que a estratégia de reação terá êxito.

Para não acabar de vez

com o instituto dos terrenos de Marinha, o projeto foi a alternativa encontrada pelo próprio Planalto para atender a pressão de Estados e reduzir taxas que incentivavam a não regularização de áreas. O governo preparou o texto por dois anos, enviou-o à Câmara em 2013 e, agora e sem avisar a ninguém, surpreende ao barrar a matéria que havia patrocinado. O tributo foi criado no século 19 com base na defesa da costa brasileira de invasores.

Bancada, em “choque”, quer derrubar veto

▄ Relator do texto no Senado, o capixaba Ricardo Ferreira (PMDB) se diz em choque e promete reação contra mais uma “incoerência” de Dilma. “É inacreditável, surreal, coisa de doido essa con-

tradição da presidente. É um governo sem palavra, sem credibilidade. Só nos resta trabalhar para derrubar os vetos. Essa é uma cobrança ilegal e imoral. O projeto fazia justiça tributária”.

Após um ano presidindo a Comissão Especial e negociando cada passo com a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Lelo ataca o pacote de maldades e se une a Ferraz nessa ar-

ticulação de veto com líderes partidários e outros Estados prejudicados.

“Fiz uma negociação dura e difícil na Câmara, mas a presidente descumpriu o acordo. E o pior: em um mo-

mento de crise, a presidente vetou o socorro aos municípios com o repasse de 20% do total arrecadado”, protesta o deputado Lelo, que se diz traído e indignado.

Esses vetos trancarão a pauta do Congresso dentro de 30 dias, devendo ser obrigatoriamente apreciados.